



Nas linhas de um Diário: José Marianno de Mattos através das cartas de Antônio Vicente da Fontoura (1844-1845).

Letícia Rosa Marques*

Resumo: A Historiografia regional, por muito tempo, valorizou os mesmos personagens e silenciou fatos importantes e necessários para a compreensão da Revolução Farroupilha (1835-1845), uma vez que destacou os heróis militares e omitiu a presença de mulatos na liderança do movimento farrapo. As cartas de Antônio Vicente da Fontoura, utilizadas neste artigo, se apresentam como documentos capazes de questionar essa historiografia, por trazer referências à “cor” de José Marianno de Mattos, um Ministro mulato. Assim, ao evidenciar este fato, o presente trabalho busca apontar algumas contradições que ainda envolvem esse assunto, bem como destacar o papel dos negros e mulatos na República Rio-Grandense, representados pela participação de José Marianno de Mattos na liderança do movimento.

Palavras-Chaves: Revolução Farroupilha, José Marianno de Mattos, mulato.

Abstract: The regional historiography, for long time, valued the same characters and silenced important facts needed to understand the Farroupilha Revolution (1835-1845), once arising military heroes and omitting the presence of mulattos on the leadership of farrapo`s movement. The letters of Antonio Vicente da Fontoura used in this article are presented as documents capable of questioning this historiography, by bringing references to "color" of Marianno José de Mattos, a mulatto Minister. Thus, by showing this fact, this study seeks to identify some contradictions that still surround this subject, as well as highlighting the role of blacks and mulattos in the Rio Grande Republic, represented by the participation of José Marianno de Mattos in the leadership of the movement.

Keywords: Farroupilha Revolution. José Marianno de Mattos. mulattos.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo abordar, através do que ficou conhecido como o Diário de Antônio Vicente da Fontoura, uma das questões que ainda permanecem silenciadas pela historiografia: a participação de mulatos no movimento farrapo (1835-1845)¹.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.



Dante de Laytano (1983)² na década de 30 do século XX, foi um dos primeiros autores a alertar em sua obra a importância de ampliar as pesquisas em torno da participação do negro neste movimento, que esteve, segundo o autor, a par dos muitos segredos revolucionários e que contava até então com um número reduzido de estudos e informações.

Mesmo com este apelo, muito tempo se passou para que a historiografia enfim desse um maior espaço a este grupo. Foi somente a partir dos anos 70, que nomes como Spencer Leitman (1979), Margaret Bakos (1985), Mario Maestri (1993) e Moacyr Flores (1994), se destacaram por suas pesquisas com análises mais críticas, incorporando em seus estudos a questão da participação dos negros como soldados junto às forças republicanas e a divisão social presente neste período.

Com pesquisas mais específicas³, Raul Carrion (2005), Geraldo Hasse e Guilherme Kolling (2006), Vinicius Pereira de Oliveira e Daniela Vallandro de Carvalho (2009), também trouxeram contribuições importantes ao trabalharem a participação dos lanceiros⁴ junto ao movimento farrapo, resgatando como no caso de Oliveira e Carvalho (2009), a trajetória de alguns personagens até então desconhecidos⁵ pela historiografia.

Mas será que a participação de mulatos se limitou apenas aos soldados? O que dizer da presença de homens que não eram brancos em cargos administrativos deste período? É através deste questionamento que o referido artigo, ao percorrer as cartas escritas por Antônio Vicente da Fontoura, importante líder deste movimento, busca levantar uma das muitas contradições que ainda envolvem a temática da Revolução Farroupilha: a participação de mulatos também em cargos administrativos.

Considerando as correspondências, como importantes fontes para a pesquisa histórica, e lembrando que “[...] o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente em relação a um acontecimento”

¹ Estes apontamentos fazem parte de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, que tem como objeto de estudo a atuação do mulato José Marianno de Mattos, junto ao movimento farrapo.

² O livro *História da República Rio Grandense* de Laytano, utilizado nesta pesquisa, corresponde à sua segunda edição, publicada em 1983.

³ Como um dos trabalhos mais recentes em torno desta temática, destaca-se a publicação de SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia**: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). 2 ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

⁴ Os Lanceiros Negros foram soldados que lutaram tanto na Cavalaria, quanto na Infantaria Farroupilha sendo um dos principais responsáveis pelo prolongamento, ao longo de quase 10 anos, da então República Rio-Grandense.

⁵ Dentre eles os lanceiros Francisco Cabinda, João aleijado e preto Antonio que atuaram como soldados na Guerra dos Farrapos.



(GOMES, 2004, p.15)⁶, as cartas de Fontoura, que compõem o seu diário, se tornam uma fonte privilegiada de estudo e análise de sua época.

Partindo das referências diretas que Fontoura fez através das correspondências a cor de José Marianno de Mattos, o então “Ministro mulato” da República Rio-Grandense⁷, buscamos evidenciar os diferentes espaços ocupados por ele neste período e as construções sociais presentes na sociedade em questão⁸.

Ao mencionar um personagem, até então pouco lembrado pela historiografia, como é o caso de Mattos, podemos evidenciar através da escrita de Fontoura, os diferentes mundos pelos então “homens de cor” ingressados e os meios de acesso a estes.

Assim, estudar José Marianno de Mattos através das cartas e do olhar de Antônio Vicente da Fontoura, nos permitem uma leitura ímpar não só deste personagem, sua condição socioeconômica e sua rede de relações, como também do movimento farrapo e da construção social que o envolve.

O Diário

Considerando que na primeira metade do século XIX, onde a escravidão ainda se fazia presente e que a liberdade, tão almejada pelos negros, era apenas um sonho distante, a presença de um mulato como José Marianno de Mattos a frente de um movimento, participando das principais decisões da Farroupilha (1835-1845), se torna um importante e necessário objeto de estudo, ao possibilitar uma maior compreensão dos elementos políticos, econômicos e culturais deste período. Ainda mais, quando este mulato foi Deputado da Província, Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em Substituição a Bento Gonçalves em algumas passagens de período entre 1839 a 1841.

Uma fonte interessante para este estudo são as cartas⁹ de Antônio Vicente da Fontoura, escritas entre 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845, tendo como destinatário sua esposa Clarinda.

⁶ Sobre o uso de correspondências como fontes históricas, ver Ângela de Castro Gomes (2004).

⁷ A República Rio-Grandense foi proclamada em 11 de setembro de 1836 pelo General Antônio de Souza Neto, após a vitória obtida pelas forças gaúchas na Batalha do Seival.

⁸ BENTO (1976: p. 153) lembra que o Ministro Mariano de Mattos era “mulato quase branco”, parecendo citar a sua cor, mas ao mesmo tempo *isentá-lo* da marca dos filhos de Caan.

⁹ Publicado inicialmente no Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul por Alfredo Rodrigues nos anos 1910, 1911 e 1912, essa documentação, que então teria sido divulgada em partes, ganhou novas versões no ano de 1934, através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e em 1984, numa



Envolvidas por um tom pessoal, as cartas de Fontoura, trazem relatos de um importante membro da Farrroupilha, que também foi Ministro da Fazenda e um dos negociadores da Paz (1845). Em caráter de desabafo, Fontoura ao escrever compartilha com sua mulher um pouco dos fatos/eventos que se passam, bem como de seu posicionamento diante deles.

Dentre os personagens que são referidos nestas correspondências, José Marianno de Mattos ganhou destaque em algumas cartas de Fontoura. Deixando evidente a sua antipatia e o seu desgosto pela posição ocupada por Mattos no movimento, Fontoura fez referências diretas à cor de sua pele¹⁰, como forma de ataque, ao tentar diminuir a força política e ideológica do então Ministro.

Compreendendo essas cartas como um importante exemplo das escritas de si, já que estas, como nos lembra Ângela de Castro Gomes “abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de história de vida por exemplo” (GOMES, 2004, p. 7), ao trabalharmos especificamente com as correspondências, podemos entender como o seu locutor, e os indivíduos em geral evidenciam “a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas” (GOMES, 2004, p. 11).

Antônio Vicente da Fontoura conseguiu expor de forma direta suas inquietações e aborrecimentos com a Revolução Farrroupilha, reforçando as diferenças¹¹ político/ideológicas existentes dentro do grupo farrapo, fazendo com que Fontoura não visse Mattos apenas como um mulato, mas também como um obstáculo para seus planos políticos¹².

versão em livro lançado em parceria pelas editoras EDUCS, Sulina e Martins. Esta última a qual adotamos como fonte neste trabalho, visto que apesar dos “filtros” pelos quais passam a documentação, a versão publicada em livro é uma das que contem as correspondências na íntegra e que se encontram de mais fácil acesso ao leitor/pesquisador.

¹⁰ Importante destacar que o mulato no imaginário do escravismo imperial, “representava ao mesmo tempo a mistura das diferenças e a mescla de duas posições dicotômicas na escala das desigualdades”. (BARROS, 2009, p.102).

¹¹ A elite do movimento farrroupilha apresentou divisões internas no que se refere a interesses políticos e ideológicos. Segundo Padoin (1999) o grupo da maioria composto, entre outros, por Bento Gonçalves, José Marianno de Mattos, Domingos de Almeida e Antônio de Souza Neto, defendia um projeto de independência para o Rio Grande do Sul em relação ao Império do Brasil, propondo um federalismo enquanto Confederação. Já o grupo, denominado de minoria, era representado principalmente por David Canabarro e Vicente da Fontoura, e esteve no comando da Revolução a partir, especialmente, de 1843. Foi este grupo que coordenou o acordo de paz - a paz de Ponche Verde. Possuindo um caráter reformista, defendiam um federalismo enquanto descentralização administrativa do Império.

¹² Mattos ao conseguir ocupar cargos de destaque neste período, como os Ministérios, a Vice-Presidência e até mesmo a Presidência da então República Rio-Grandense (em substituição a Bento Gonçalves), passava a deter um poder político perante o então grupo dos farrapos que incomodou muitos membros deste movimento, inclusive e principalmente Fontoura, que divergia constantemente das opiniões e decisões tomadas por Mattos e pelos membros do grupo da maioria.



Tal descontentamento se faz presente em correspondência do dia 29 de fevereiro de 1844, ao escrever que:

[...] Dado este primeiro passo, que a minha jovem inesperta razão não calculou, eu me constituí na dura obrigação de acompanhar a marcha revolucionária, e como empregado público tive de lutar com uma multidão corrompida, com superiores malvados, sempre e sempre em oposição as suas tramas, ás suas maldades, que inda eu tão mal conhecia e que não poucas vezes ilaquearam minha sinceridade e boa fé. [...] (FONTOURA, 1984, p.50)

Dessa forma Fontoura, ao fazer referência a Mattos, sempre o faz, deixando em evidência os atritos mantidos com o então Ministro e a sua percepção perante este personagem.

Em correspondência datada do dia 23 de janeiro de 1844, Fontoura escreve: “[...]Este maldito mulato, mais falso que Judas, mais inepto que Sardanapalo¹³, teve em 1835 a diabólica habilidade de acender o facho da guerra civil em nossa querida pátria”.

Membro da maçonaria, Mattos circulou em grupos importantes e restritos nesse período, como faz referência Fontoura, em carta do dia 1º de fevereiro de 1844:

[...] Esqueci-me de dizer-te que também chegou aqui na arribação o mulato José Marianno, e este malvado não cessa de zombar da boa fé de nossos camponeses, impingindo-lhes um carolismo excessivo com respeito a maçonaria que tanto ele tem alvitado. (FONTOURA, 1984, p.38)

Participar da Maçonaria nesse período colocava Mattos como integrante de uma sociedade/grupo, que exercia influências na forma de pensar deste individuo, bem como permitia um estreito contato com outros membros.

A instituição maçônica ganhou espaço no Rio Grande do Sul a partir de 1830. Este atraso segundo Eliane Colussi (2011), pode estar atrelado às características próprias de um espaço incorporado tardiamente, como foi a região sul. Em seu estudo, a referida autora ainda evidencia que “foi sobretudo o atraso cultural que determinou a chegada tardia da maçonaria às terras gaúchas”. (2011, p.161). Desta forma:

¹³ Sardanápalo: “*Personagem lendária, que a tradição clássica faz Rei da Assíria de 836 a 847 a.C. e último descendente de Samiramis. Sardanápalo é o tipo do príncipe devasso, covarde, efeminado [...] Diz-se que, prestes a ser aprisionado na Babilônia por Arbaces, que há dois anos o cercava, mandou fazer uma fogueira no pátio do Palácio e nela se fez queimar com todas as suas mulheres, eunucos e tesouros. Depois da Assíria foi desmembrado*”. LELLO UNIVERSAL. *Novo Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Volume 4. Porto, Lello & Irmão, s/dt.: pág. 1008.



A Revolução Farroupilha, ao invés de ter sido um resultado da atuação maçônica, gerou as condições para a divulgação de um corpo de idéias sustentadas no pensamento europeu em voga, permitindo no rastro dessa difusão a penetração do movimento maçônico por meio, inicialmente, da ação daquele tipo de associativismo. (COLUSSI, 2011, p.167)

Mesmo conseguindo se consolidar efetivamente nesta região somente após a Farroupilha, durante o movimento, alguns líderes farrapos já faziam parte deste seletivo grupo, onde as lojas maçônicas tiveram papel importante como centro de reunião e de discussão de ideias políticas, mesmo esta, segundo Colussi (2011) não tendo sido um agente influenciador da Revolução.

Mas o interessante de analisarmos, é que a participação de Mattos na Maçonaria, independente da responsabilidade desta com o projeto revolucionário, nos possibilita compreender a circulação de Mattos em grupos até então considerados restritos.

O envolvimento deste personagem com o então grupo da Maçonaria, permite rastrear um pouco mais de sua atuação nesse período, que de acordo com Fontoura seria tão expressiva, a ponto de o incomodar, já que este mostrava-se contrário as diferentes possibilidades e espaços que Mattos tinha a seu alcance.

Ciente da capacidade de poder e domínio exercida pelo então “mulato”, Fontoura continuou a desprender várias críticas a este indivíduo, como podemos constatar em carta do dia 3 de março de 1844, onde Fontoura deixa mais uma vez transparecer seu incomodo perante as ações de Mattos:

No entanto, ás margens aspérrimas do Quaraim vimos ter, pisando por tanta pedra, das quais um só terço bastava para piorar o nosso estado de cavalhadas; mas é preciso a conferência de vital interesse porque assim o diz o mulato José Mariano que, ao lado do velho José Gomes, governa de fato o país; e o general em chefe, que é tão bravo em frente ao inimigo, também acompanha o farrancho e tem a sua hora de mansinho. Maldito mulato, que a tantos engana! (FONTOURA, 1984, p.52)

Em praticamente todas as cartas em que Fontoura faz referência a Mattos, o faz também a sua cor, sendo que em uma correspondência utiliza-se também do termo pardo, para este mesmo personagem: “ [...] Hoje se nos reuniram os ministros Lucas e Viana ficando escondido nos matos de Piratini o presidente in nomine José Gomes e o seu inseparável compadre, o pardo José Mariano. [...]”¹⁴.

¹⁴ Campo do Valério, 26 de abril de 1844



Esta aparente “confusão” de terminologias para a descrição de um mesmo tipo físico é fruto das concepções internalizadas de seu período e que vem ao encontro de questionamentos levantados em alguns trabalhos, como o de Raimundo Pessoa (2007), que ao considerar essa distinção já no período Colonial, evidencia que “[...] os filhos de brancos com negros que se comportavam de modo reprovável eram denominados simplesmente *mulatos*, enquanto aqueles que se comportavam de modo tido como digno eram denominados de *pardos*” (PESSOA, 2007, p.51).

Fontoura também faz comparações ao tipo físico de Mattos, quando menciona que este “encolhia os ombros e mesmo naquela sua forma de orangotango, afetava certos sinais de desaprovação para não descair da graça do seu pupilo Jardim, a quem via tenaz recusar a pílula”¹⁵.

Um fator interessante a ser chamado atenção é como a questão da cor é utilizada como importante argumento para inferiorizar um indivíduo. O uso do termo mulato ou pardo nesses contextos estão diretamente relacionados com os valores que esta terminologia agregava no período imperial.

Hebe Mattos (1998) em seu trabalho intitulado *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*, traz preciosas contribuições em relação à questão do significado da “cor” de um indivíduo no século XIX, apontando que:

A designação de “pardo” era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não. (MATTOS, p. 30)

Considerando Mattos (1998) quando esta menciona que a questão da cor “não designava preferencialmente matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissocialmente ligadas.” (MATTOS, 1998, p.98), a escrita de Fontoura se apresenta como um reflexo das construções sociais do seu período, onde este deixa evidente o sentimento de inconformidade ao se referir a José Marianno de Mattos em posições consideradas de destaque social.

Fontoura não economiza suas críticas e as dirige a Mattos, sempre o inferiorizando, mesmo este estando em uma posição semelhante a sua no movimento, ou em outros momentos, em situações de maior prestígio.

¹⁵ Pontas do Ibicuí, 12 de março de 1844.



As escritas de Fontoura nos fornecem indícios de uma sociedade, cujos documentos tidos como “oficiais”, muitas vezes não nos possibilitam compreender. Nas correspondências até então analisadas neste estudo, buscamos demonstrar que a forma como a questão da cor de Mattos é tratada neste período, nada mais é que o reflexo da cultura política em que este personagem encontra-se inserido, que segundo Serge Berstein (1998) “possibilita compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político.” (BERSTEIN, 1998, p.359).

No Brasil Imperial foi se moldando uma sociedade baseada nas representações, onde espaços foram sendo criados, e uma construção social sendo estabelecida.

Considerando que este “fue el siglo de las grandes invenciones interpretativas sobre la Historia de Brasil”¹⁶ (PRADO, 2009, p.322), é através deste período que podemos compreender como foi se organizando os diferentes espaços sociais e como a cor de um individuo pode ser interpretada ao longo da história de acordo com determinados contextos e circunstâncias.

Compreendendo a sociedade do Brasil do XIX como sendo “estruturalmente desigual e baseada na propriedade de homens, mas passível de ser compreendida e capaz de fornecer referenciais á ação de todos aqueles que a formavam e transformavam” (MATTOS, 1998, p.35), para Hebe Mattos era evidente o peso das relações pessoais nesta sociedade onde “estabelecer laços era essencial para obtenção de um lugar, por mais obscuro que fosse, no mundo dos livres”. (MATTOS, 1998, p.52)

Assim, o mulato neste período encontrou um pequeno espaço de movimentação, onde a condição socioeconômica a que pertencia e a rede de relações a que estava integrado, poderia ser levada, algumas vezes, mais em consideração do que sua “cor”, uma vez que como também nos lembra Roberto Guedes (2008) em *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*, “as relações pessoais podiam definir sua cor/ condição social, que, de modo algum era fixa, mas variável de acordo com as circunstâncias sociais” (GUEDES, 2008, p. 100).

¹⁶ “foi o século das grandes invenções interpretativas sobre a história do Brasil” [Tradução sob responsabilidade da autora].



Este era um grande passo para uma maior mobilidade, pois ao ter contato com melhores condições sociais, alguns mulatos conseguiriam ascender socialmente, ocupando cargos que muitas vezes a historiografia apontou como sendo apenas de uma elite¹⁷ branca.

E foi esse caminho o trilhado por José Marianno de Mattos. Carioca, nascido no ano de 1801¹⁸, Mattos ingressou no Exército como soldado voluntário¹⁹, e foi através desta instituição que conseguiu ocupar espaços almeçados por muitos homens de sua época.

Ponderando o fato de Mattos ser um homem letrado, e de que as promoções poderiam seguir critérios distintos “[...] visto que a lei só manda premiar serviços relevantes, e não por antiguidade ou preterições [...]”²⁰, evidencia-se que algumas oportunidades foram por Mattos utilizadas²¹, proporcionando a este uma situação favorável socialmente.

Sendo enviado para servir no quartel da Vila de Rio Pardo em 1830, Mattos passou a ter um contato mais direto tanto com pessoas, quanto com os ideais Farroupilhas que se difundiam nessa região, fazendo com que este personagem não só se influenciasse, como acabasse se tornando um de seus líderes mais fervorosos.

Amigo pessoal e aliado político de Bento Gonçalves da Silva e de Domingos José de Almeida, Mattos se utilizou dessas relações como forma de ascender e se consolidar como uma importante nome do movimento farrapo para este período. Um exemplo disso é sua atuação também como Ministro Plenipotenciário em 1841, sendo enviado para estabelecer contato com Fructuoso Rivera²² e assim estimular o que denominariam de uma relação de “amizade” e ajuda mútua²³.

Conseguindo nesta mesma época se inserir na política, o então Ministro reafirmou

¹⁷ Utiliza-se de Flávio Heinz ao se referir à elite, uma vez que para este, trata-se “de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referências a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. (HEINZ, 2006, p. 07).

¹⁸ Informações obtidas através da publicação de Theodorico Lopes e Gentil Torres intitulada “Ministros da Guerra do Brasil 1808-1950, 4ªed. Rio de Janeiro, 1950.

¹⁹ Segundo José Iran Ribeiro (2009, p. 104), os soldados que ingressavam como voluntários teriam maiores oportunidades de receber alguma promoção logo que incorporavam, ascendendo mais alto na hierarquia militar, diferentemente dos soldados recrutados, onde as chances só aumentariam com o passar do tempo.

²⁰ Palácio do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1838 = Sebastião do Rego Barros. Caderno de Correspondências, Assunto: promoções militares, Série: Revoluções internas, Sub série: Guerra dos Farrapos, Arquivo Histórico do Exército na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

²¹ Vale lembrar a importância que a atuação política exerceu nesse período, contribuindo também para possíveis ascensões na hierarquia militar. Segundo Souza (1999) “Aqueles oficiais que ambicionassem uma posição de grande destaque no interior da sociedade deveriam somar aos privilégios de nascimento atitudes que comprovassem a sua dedicação e fidelidade á causa monárquica, que poderiam ser realizadas no próprio campo militar, ou pelo ingresso no jogo político-partidário. De uma maneira ou de outra, essas atitudes seguramente se convertiam em promoções internas” (SOUZA, 1999, p. 53-54).

²² Militar e político Uruguaio.

²³ Correspondências dos Encarregados de Negócios de Montevideo, publicadas pelo Arquivo Nacional/ RJ, 1937.



constantemente sua posição, fato este comprovado pelas eleições para Deputado da Assembleia Constituinte do Estado no ano de 1842, onde foi o oitavo deputado mais votado, eleito com 2,694 votos²⁴.

Sendo o farrapo que chegou mais alto na hierarquia militar, Mattos após o final da Revolução Farroupilha²⁵, foi anistiado e reincorporado as forças Imperiais, chegando a ocupar o Ministério da Guerra em 1864, quando então já era Brigadeiro.

Assim, levando em consideração o pensamento de Hofbauer (2003), em seu texto intitulado *Conceito de “raça” e ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro*, onde este coloca que “a “percepção da cor” (ou do “fenótipo”) orientava-se também pelas relações de poder (status, dinheiro) bem como pelos contextos sociais específicos” (HOBFAUER, 2003, p.76-77), compreendemos como esta afirmação se torna bastante pertinente ao estudarmos a trajetória de José Marianno de Mattos no movimento farrapo.

Mas vale lembrar que essa foi uma questão que pode ser “transformada”, mas não resolvida por Mattos, já que conforme este fosse ascendendo socialmente, sua cor e sua origem poderiam ser na maioria das vezes “esquecida” por alguns de seus pares, mas jamais por seus inimigos.

Considerações Finais

Trabalhar as cartas de Antonio Vicente da Fontoura como fonte principal neste artigo, nos possibilitou, mesmo que brevemente, refletir sobre as construções sociais presentes no período Imperial e na República Rio-Grandense.

Trazendo como objeto de estudo o Ministro José Marianno de Mattos, evidenciamos os diferentes espaços sociais ocupados por mulatos, mostrando que estes poderiam também atuar em cargos administrativos.

Ao desmistificar o que por muito tempo se apresentou como de acesso apenas de uma elite branca, discorrer sobre a presença de um mulato no Ministério e até mesmo na

²⁴O AMERICANO, Jornal de Alegrete, nº 4, de 5 de outubro de 1842, p. 207.

²⁵ A Revolução Farroupilha, teve o seu desfecho em 1º de Março de 1845, com a assinatura do Tratado de Ponche Verde, onde os conflitos entre farroupilhas e imperiais foram oficialmente terminados, colocando fim a Revolução Farroupilha e a República Rio-Grandense.



presidência da República Rio-Grandense, vem a contribuir como uma nova leitura a fatos e concepções limitadas da então Revolução Farroupilha.

Assim lembrando Barros (2009) quando este coloca que a “construção social, muitas vezes não é dada pela natureza, mas sim elaborada pela História” (BARROS, 2009: 221) e ciente do papel do historiador e da interferência do coletivo nessa construção e reconstrução, este artigo buscou ampliar a produção já existente em torno do movimento farrapo.

Deste modo, destaca-se que a Revolução Farroupilha contou sim com importantes personagens, mas que estes também poderiam ser negros e mulatos, soldados e Ministros, que deixaram sua marca e colaboraram ao também escreverem partes da história.

Referências

- BAKOS, Margaret Marchiori. A escravidão negra e os farrapos. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 79-97.
- BARROS, José D' Assunção. **A Construção Social da Cor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BENTO, Cláudio Moreira. **O Negro e Descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)**. Porto Alegre, Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.) **Para uma História cultural**. Lisboa: Estampa, 1998a. p. 349-363.
- CARRION, Raul. **Os Lanceiros Negros na Guerra dos Farrapos**. 2 ed. Porto Alegre, Gabinete do Vereador Raul Carrion, 2005.
- COLUSSI, Eliane Lucia. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. 4ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.
- FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha: Traição em Porongos e farsa em Ponche Verde**. Porto Alegre: EST, 2004 (Raízes africanas; v. 4)
- FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário**: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Porto Alegre: Sulina/Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escritas da História: as título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: |Editora FGV, 2004.
- GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.
- HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



HOFBAUER, Andreas. Conceito de “raça” e ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e pesquisa**, São Carlos, v. 42-43, PP. 63-110, jan./jul.2003

LAYTANO, Dante. **História da República Rio-Grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LOPES, Theodorico; TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil – 1808-1950**. 4ªed. Rio de Janeiro, 1950.

MAESTRI, Mário. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: Ed.Universidade / UFRGS, 1993.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de; CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Os lanceiros Francisco Cabinda, João aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos**. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. **RS Negro – Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Dados eletrônicos.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho – Fronteira Platina, Direito e Revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

RIBEIRO, José Iran. **Nem oficiais, nem soldados: perfis dos soldados de patentes intermediárias do Exército Imperial brasileiro durante a Guerra dos Farrapos**. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, V.15, nº , 2009. P. 99-110. Dados eletrônicos.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)**. 2 ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010

SOUZA, Adriana Barreto de. **O Exército na consolidação do Império: Um estudo histórico sobre política militar conservadora**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Recebido em 18 de julho de 2012
Aprovado em 26 de setembro de 2012